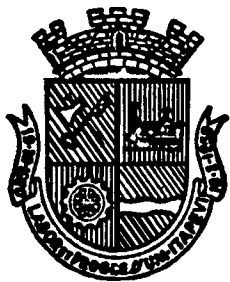


CÂMARA MUNICIPAL

*Autógrafo
nº 011/94*



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 013/94

PROJETO Nº 013/94

INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ASSUNTO (Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com entidades Públicas ou particulares instalada no Município, objetivando a implantação e o desenvolvimento dos programas de caráter Sócio-Cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para a realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município) .

Argemiro



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer ao Veto contido no ofício nº 464/94

Senhor Presidente,

O Veto supra, proposto pelo Executivo, ^{2º} Projeto de Lei nº 013/94, traz uma série de razões que o levaram a tomar essa medida, principalmente porque a emenda aprovada pela Câmara deixa o Projeto nas mesmas condições já existente no inciso VIII do Artigo 15 da L.O.M.I.

Portanto, não vemos outra alternativa, senão a de acatar o referido Veto .

É o parecer

Sala das Comissões 24 de maio de 1994

Comissão nº 01

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão nº 02

Luerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Rereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO Nº 464/94

Itapevi, 02 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio do presente, comunico a Vossa Excelência e Ilustres Edis componentes dessa Egrégia Casa de Leis que, analisando o **Projeto de Lei nº 013/94**, ao qual foram inseridas emendas, dando origem ao **Autógrafo de Lei nº 11/94**, deliberei por **VETÁ-LO**, em inteiro teor, no uso da prerrogativa conferida pelo disposto no § 1º do art. 36 da Lei Orgânica do Município.

Esclareço, como razão de decidir, que motivou a adoção do entendimento supra referido a localização de aspecto de contrariedade ao interesse público, ou seja, é do interesse público que a Lei Maior do Município, denominada Lei Orgânica, seja cumprida em todos os seus termos, o que não ocorre em face da emenda que determina que cada convênio da espécie mencionada seja referendado pela Câmara.

Dispõe o inciso VIII do Artigo 15 da Lei Orgânica do Município de Itapevi que à Câmara Municipal cabe dispor, com a sanção do Prefeito, sobre convênios com entidades públicas ou particulares, ou seja, através do respectivo processo legislativo poderá a Câmara apresentar manifestação quanto a realização de convênios.

A Lei Orgânica, todavia, não determina que o regular processo legislativo possa ser substituído por referendo. Com a adoção do referendo para aprovação dos convênios propostos, teríamos legislação ordinária impondo regra contrária ao dispositivo legal de maior valor.

O Legislativo Municipal, ao aprovar a propositura em sua forma original, estaria concorrendo com a celebração de convênios diversos, porém de mesma espécie e já estabelecidos em Lei (Plano Plurianual para o período 1994 a 1997 - Lei Municipal nº 1.174/93). Porém, ao determinar a necessidade de referendo, está modificando norma já estabelecida pela Lei Orgânica do Município, de forma não autorizada por esta.

Impende esclarecer, ainda, que a modificação inserida na propositura inicial torna inócuo o texto legal futuro, visto que subordina, de qualquer forma, à aprovação da Câmara o respectivo convênio, impondo dispêndio de maior prazo, fato que se pretendia evitar em razão de se tratar de programas já definidos em Lei, e portanto aprovados pelo Legislativo, conforme acima exposto e inclusive demonstrado na Mensagem de nº 10/94.

LIDO EM PLENARIO
Sala das sessões 02/05/94
Presidente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Em face das razões expostas, declaro o **Projeto de Lei nº 013/94**, ao qual foram inseridas emendas, dando origem ao **Autógrafo de Lei nº 11/94**, de teor contrário às determinações relativas à matéria contidas na Lei Orgânica do Município e, portanto, contrário ao interesse público, motivo porque **VETO, em inteiro teor**, a propositura, encaminhando as presentes razões, para a devolução da apreciação.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Edis componentes dessa Augusta Casa, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARANEZ
Prefeito

RECEBEMOS
03 / 05 / 94
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD.Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 10/94

Itapevi, 07 de abril de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei, cujo teor dispõe sobre autorização para o Executivo firmar convênios com entidades públicas ou particulares instaladas no Município, objetivando a implantação e o desenvolvimento dos programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Estado/Município.

Para viabilizar a análise da propositura, esclareço que as Secretarias Municipais de Promoção Social, Educação e Cultura e Esportes e Lazer têm desenvolvido, por vezes inclusive em atuação conjunta, programas diversos de caráter sócio-cultural-educativo, conforme se pode observar no planejamento constante do Plano Plurianual do Município para o período de 1994 a 1997 (Lei Municipal nº 1.174/93).

Ocorre que, não obstante o árduo trabalho desenvolvido pelos profissionais da Administração Pública, a ausência de espaços apropriados à instalação dos materiais e equipamentos necessários ao trabalho está dificultando a propagação desses programas, enquanto que a idéia não é perpetuar a centralização de atividades de cunho sócio-cultural-educativo, mas sim distribuir tais atividades nas regiões periféricas do Município, de forma a propiciar a participação de toda a comunidade.

Buscando solucionar o problema apresentado pela falta de espaço adequado, nossos profissionais efetuaram contatos com representantes de diversas entidades, as quais possuem áreas suficientes e não de todo utilizadas pelas próprias instituições, obtendo parecer favorável para atuação conjunta.

A propositura, portanto, objetiva a utilização, pelo Município, de prédios e espaços de propriedade das entidades já instaladas no Município, mediante retribuição em forma de manutenção do local, pagamento de gastos com água e energia elétrica etc.

.../...

Recbi em
08.04.94
[Signature]

[Signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

fl.02

Dos convênios firmados constão, sempre, as obrigações recíprocas das partes, de forma a prevenir os interesses da população, bem como a espécie de atividade a ser desenvolvida no local respectivo e os direitos de cada parte na utilização da área.

O convênio propiciará, assim, que os programas sejam implantados e desenvolvidos sem o dispêndio da verba total necessária — caso houvesse obrigatoriedade de aquisição ou locação das áreas apropriadas —, fato que tornaria impossível sua realização a contento.

As entidades colaboradores terão, ainda, a oportunidade de receber transferência dos conhecimentos técnicos dos profissionais que trabalham nos programas, implicando em amplitude ainda maior de atendimento e orientação nas áreas mencionadas.

Acreditando na viabilidade de realização do objetivo, que se apresenta de extremo interesse da população, posto que visa impedir o abandono de nossas crianças e adolescentes ao acaso das ocorrências verificadas com os menores que permanecem nas ruas, bem como possibilitar o acesso da comunidade aos conhecimentos técnicos necessários à profissionalização e conseqüente melhoria de condições sócio-econômicas, dou à matéria o caráter de urgência, solicitando seja apreciada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa concedida pelo artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD.Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 013/94

(Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com entidades públicas ou particulares instaladas no Município, objetivando a implantação e o desenvolvimento dos programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

e sportivo

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com entidades públicas ou particulares instaladas no Município, objetivando a implantação e o desenvolvimento dos programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade /Município, *desde que referendado pela Câmara.*

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 07 de abril de 1994

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 13/94, DO EXECUTIVO

REDIJA-SE O ARTº 1º DA SEGUINTE FORMA

ARTº 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com entidades públicas ou particulares instaladas no Município, objetivando a implantação e o desenvolvimento dos programas de caráter Socio-Cultural, Educativo e Esportivo, estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação Cooperativa Entidade/Município, desde que referendado pela Câmara.

Sala das Comissões 19 de abril de 1.994.

COMISSÃO 01

HERMOGENEZ JOSÉ SANT'ANNA

JOÃO FERREIRA DO MONTE

MARIA RUTH BANHOLZER

LAFAIETE RODRIGUES

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

SÉRGIO MONTANHEIRO

GEONE XAVIER PEREIRA

MANOEL VIANA FILHO

VITAL TORCIANO DOS REIS



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 e 02 AO PROJETO DE LEI Nº 13/94.

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal,

nada há Objetar.

Quanto ao mérito, a proposição é lovável, devendo ser aprovada com emenda anexa.

É o Parecer.

Sala das Comissões 19 de abril de 1.994.

COMISSÃO 01

HERMOGENEZ JOSÉ SANT'ANNA

JOÃO FERREIRA DO MONTE

MARIA RUTH BANHOLZER

LAFIETE RODRIGUES

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

SERGIO MONTANHEIRO

GEONE XAVIER PEREIRA

MANOEL VIANA FILHO

VITAL VONZIANO DOS REIS



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O Nº 11/94

(PROJETO DE LEI Nº 013/94- DO EXECUTIVO)

À CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que
lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

(Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com
entidades públicas ou particulares instaladas no
Município, objetivando a implantação e o Desenvol-
vimento dos programas de caráter Sócio-Cultural,
educativo e esportivo estabelecidos pelas Secreta-
rias Municipais para realização por intermédio de
Ação cooperativa Entidade/Município)

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar con-
vênios com entidade pública ou particulares instaladas no Município, objetivando
a implantação e o Desenvolvimento dos Programas de caráter Sócio-Cultural-Educa-
tivo e Esportivo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por
intermédio de ação Cooperativa Entidade/Município, desde que referendado pela
Câmara.

Art. 2º -As despesas com a execução desta Lei correrão por
conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas
se necessário.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publica-
ção, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPEVI, 20 de abril '

de 1.994.


NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

1ª- Secretária


VALTER FRANCISCO ANTONIO

PRESIDENTE